



OBEDIÊNCIA À MORALIDADE – A COERÇÃO COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DOS MECANISMOS MORALIZANTES SOB A PERSPECTIVA NIETZSCHIANA EM *AURORA* – LIVRO I.

SANTOS, Vani Letícia F. dos¹; ARALDI, Clademir Luís².

^{1,2} Departamento de Filosofia – PPGFIL/ UFPEL
Caixa Postal 354 – CEP 96001-970. wanyletty@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Grandes e inúmeros pensadores empenharam-se na tarefa de analisar o campo da moralidade e as questões advindas deste; buscando estabelecer os critérios, assim como também, o modo como os mesmos têm origem dentro das sociedades de modo geral. Nietzsche foi um desses pensadores que se comprometeram com a questão da moral, e é através de suas concepções que pretendemos analisar uma das questões mais relevantes no que tange a compreensão da moralidade – a coerção - como instrumento de regulamento social.

A coerção é exercida até hoje como método para impor a obediência às leis e costumes que ordenam os povos e suas respectivas culturas. Nietzsche em sua obra *Aurora*, já nos decodifica esse modo como o homem procura por unidade no convívio em sociedade.

“(…) a moralidade não é outra coisa (*e, portanto, não mais!*) do que a **obediência** (grifo nosso) a costumes, não importa quais sejam; mas são a maneira tradicional de agir e avaliar. (...) **O homem livre é não-moral** (grifo nosso), porque em tudo quer depender de si, não de uma **tradição** (grifo nosso): em todos os estados originais da humanidade, ‘mau’ significa o mesmo que ‘individual’, ‘livre’, ‘arbitrário’, ‘inusitado’, ‘inaudito’, ‘imprevisível’”.¹

De acordo com essa breve passagem, podemos perceber que Nietzsche, nos aponta para três aspectos relevantes de nossa relação com a moralidade: obediência, liberdade e tradição. No momento em que o homem passou a viver em sociedade, suas necessidades o acomodaram de tal forma, que o mesmo, passou a condicionar-se a

¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Trad. notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 17.

“certos sistemas”² que lhe permitissem mínimos conflitos e possibilitassem a perpetuação de sua espécie. Todavia, quando optamos pela obediência, abrimos mão de algo – nossa liberdade. Qualquer ação que possamos tomar, que fuja desse padrão regulador acaba por ser considerada imoral. Portanto, a relação entre tradição e leis inferidas pela mesma, acaba por adornar a primeira com uma autoridade muitas vezes inquestionável. Nesse caso, temos diante do homem, um condicionamento tal, que o questionamento daqueles que lhe impõem as regras, não é sequer cogitado. Mas obedecemos às leis e aos costumes apenas por hábito - tradição, ou, justamente por *temermos* o confronto com autoridades maiores e que desconhecemos, como também o medo de provocarmos um desequilíbrio em nosso convívio?

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foi utilizado para a realização desse trabalho pesquisa de material bibliográfico específico referente ao tema – obra *Aurora* de Nietzsche – assim como, o emprego de artigos de comentadores. A metodologia compreende a análise e exposição dos elementos mais relevantes e coerentes com o tema proposto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esses aspectos iniciais de - *Aurora I* – apresentam-nos uma sociedade quase primitiva, e que encontra na tradição um modo para dispor da forma como a moralidade *deveria* permeiar os costumes que enaltecia. Há aqui, uma opção pelo coletivo em detrimento do individual, desse modo, o homem moral era sinônimo de observação dessas regras pressupostas e sendo assim, só via-se como moral por ser parte de um grupo que o determinava como tal, *desde que*, obedecesse ao que era estabelecido.

O que ocorre com a obediência é que de qualquer modo, o indivíduo acaba por “sacrificar-se”, afinal, não há enaltecimento de suas escolhas, aliás, na maioria das vezes elas são sempre colocadas em segundo plano, e sempre *devem* ser “pensadas” a *luz* do que a moral permite.

“Em toda parte onde existe uma comunidade e, portanto, uma moralidade do costume, vigora também o pensamento de que o castigo sobrenatural, cuja manifestação e cujo limite são tão difíceis de apreender e são investigados com tão supersticioso medo. A comunidade pode instar o indivíduo a reparar o dano imediato que sua ação acarretou, em relação a outro indivíduo e à comunidade; pode igualmente cobrar uma espécie de vingança pelo fato de, graças ao indivíduo como suposta consequência de seu ato, (...)”³

A coerção exercida pelos costumes se sobrepõe pelo medo do desconhecido em última instância; e aqueles indivíduos que buscassem uma identidade própria acabariam por se perceberem como “maus e perigosos”, já que está seria a instância imputada pela moral, para aqueles que não a seguissem. A lesão ao indivíduo não precisa somente estar atrelada a castigos corpóreos, mas também ao aspecto psíquico do sujeito. Esse mecanismo de submissão produz indivíduos estéreis, na medida em que proporciona um

²Entendam-se os mesmos como tradições e costumes. Nesse trabalho não abordaremos as questões referentes às críticas feitas por Nietzsche a esses sistemas propriamente ditos, já que, nosso objetivo aqui é restringir-nos a análise do papel da coerção como instrumento de regulação social.

³ *Op. Cit. (nota 1). p. 19.*

regramento tal, que muitos acabam agindo sem pensar no porque de suas ações. Assim, acabamos por ter autoridades e submetidos, culpados e seus castigos, para cada ação deverá ser estabelecida uma forma de lei que verifique que aqueles que não a cumprem, *devem* sofrer as conseqüências de suas ações transgressoras; seja o castigo vindo dos céus, ou das mãos de um rei, estadista ou qualquer outra autoridade.

Nietzsche chega a dizer-nos que é como “a educação do gênero humano tivesse sido orientada, até agora, pelas fantasias de carcereiros e carrascos”⁴, a necessidade de nos sentirmos culpados por nossas ações, apenas individuais, faz com que nosso pensador, nos demonstre que esse medo é infundado; ou melhor, é fundamento apenas do controle social. Todavia, Nietzsche admite que houveram aqueles que mesmo sob a tutela coercitiva da moralidade, conseguiram estabelecer novos costumes; no entanto, em um primeiro momento esses sofriam com o escarnecimento e marginalização social.

No aforismo 16 denominado *Primeira norma da civilização*, Nietzsche descreve-nos justamente a “necessidade” que temos nesse processo de civilização dos costumes, pois, “qualquer costume é melhor do que nenhum costume”⁵. O regular o comportamento dos homens é praticamente uma necessidade natural e desse modo sugeriram as mais diversas formas de se exercer o controle sobre essa natureza, sendo a coerção um instrumento para isso.

4. CONCLUSÕES

Como podemos observar na análise Nietzscheana, a necessidade de uma organização social “impingiu” aos homens uma série de determinações e regras com as quais esses deveriam conviver e obedecer. O homem “precisou tornar-se responsável”⁶, e sendo assim, precisou ser moral.

“Costume e moral – Ser moral, morigerado, ético significa prestar obediência a uma lei ou tradição há muito estabelecida. Se alguém se sujeita a ela com dificuldade ou com prazer é indiferente, bastando que o faça. ‘Bom’ é chamado aquele que, após longa hereditariedade e quase por natureza, pratica facilmente e de bom grado o que é moral, conforme seja (por exemplo, exerce a vingança quando exercê-la faz parte do bom costume, como entre os antigos gregos)”⁷.

Percebemos que Nietzsche traz ao longo de sua análise dos períodos históricos a preocupação em demonstrar o modo como nos tornamos morais suprimindo e cerceando algumas características humanas, como os nossos instintos e sentimentos, através da valorização de outras como a racionalidade. No período da pré-história moral⁸, é evidente esse movimento através na *eticidade do costume* – capacidade para **obedecer** (grifo nosso) a leis, cujo referencial regulador encontra-se em uma superioridade imanente

⁴ *Op. Cit. (nota 1). p.21.*

⁵ *Op. Cit. (nota 1). p.23.*

⁶ AZEREDO, Vânia Dutra de. *Eticidade do costume: a inscrição do social no homem*. Revista Dissertatio 25, 2007. p. 73 – 89.

⁷ NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Trad. notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 67.

⁸ O qual fazemos referência principal nesse trabalho.

expressa na figura da tradição(...) ⁹ – que faz com que o indivíduo só se reconheça enquanto parte de uma comunidade, abrindo mão, assim, de sua individualidade.

É nesse processo de formação do homem como ser cultural e social que a moral surge enquanto “resultado de uma ação coercitiva” ¹⁰. Introduce-se a responsabilidade e conseqüentemente a culpa para obter-se um homem que obedecesse e que futuramente também criaria leis. É a coerção que sustenta esse movimento e que possibilita que na pré-história moral seja fixada a obediência, dominando os instintos e contribuindo para o convívio social. O homem passa a temer a si e suas punições para poder ser moral.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, Vânia Dutra de. *Eticidade do costume: a inscrição do social no homem*. Revista Dissertatio 25, 2007. p. 73 – 89.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Trad. notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. Trad. notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

⁹ Op. Cit. (nota 6).p. 77.

¹⁰ Op. Cit. (nota 6)p.78.